

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.449 - MG (2019/0297890-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : WELISON JEAN BATISTA SANTOS  
**ADVOGADO** : WELISON JEAN BATISTA SANTOS - MG146732  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : PEDRO AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, em favor de PEDRO AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que indeferiu o pedido liminar no *writ* de origem.

O paciente foi preso em flagrante no dia 24/9/2019, convertida a prisão em preventiva, como incurso no artigo 33 da Lei 11.343/06.

Sustenta o impetrante inexistirem nos autos motivos a autorizar a prisão preventiva, alegando que o decreto fundamenta-se apenas na gravidade abstrata do delito. Aponta que o paciente é primário e portador de doença psiquiátrica, necessitando de cuidados médicos e medicamentos especiais.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com a expedição do consequente alvará de soltura.

Na origem, o Processo n. 0086676-69.2019.8.13.0317 encontra-se concluso para despacho, após realização de audiência de advertência, conforme informações processuais eletrônicas colhidas no *site* do Tribunal *a quo* em 3/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

A decisão do Tribunal de origem que indeferiu a liminar foi lançada nos seguintes termos (fls. 44-45):

Vistos.

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Welison Jean Batista Santos em favor do paciente Pedro Augusto de Oliveira

# *Superior Tribunal de Justiça*

Araújo, inicial de ordem 01, alegando constrangimento ilegal por parte da MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Itabira/MG.

Narra o presente writ que o paciente foi preso em flagrante no dia 24 de setembro de 2019, pela suposta prática do delito tipificado no art. 33 da lei 11.343/06, tendo sua prisão convertida em preventiva.

Inicialmente, alega o impetrante que inexistem nos autos motivos autorizadores da prisão preventiva, estando a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente fundamentada na gravidade abstrata do delito e suposições, não havendo nenhuma relação com o verdadeiro cenário fático.

Assevera ainda que nada de ilícito foi encontrado em poder do paciente, alegando que os entorpecentes apreendidos poderiam ser do indivíduo não identificado, que empreendeu fuga.

Destaca que a quantidade de substância entorpecente apreendida é ínfima, não se prestando a extrapolar a gravidade do delito para além daquela que é ínsita ao tipo penal.

Ressalta também as condições favoráveis do paciente, quais sejam, primariedade, bons antecedentes. Acrescenta que o paciente é portador de uma doença psíquica, que necessita de acompanhamento médico constante e de uso de medicamentos diários.

Afirma que, tendo em vista a pena mínima do delito e a primariedade do paciente, o regime inicial de cumprimento da pena, em caso de eventual condenação seria diverso do fechado, sendo a prisão cautelar medida mais grave do que a condenação final do réu.

Ante o exposto, pugna a defesa, liminarmente, pela revogação da prisão preventiva. No mérito, requer a confirmação da ordem, com expedição do alvará de soltura.

Eis o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de locomoção do paciente e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

No caso em tela, afigura-se inviável acolher-se a pretensão sumária, porquanto a motivação que ampara o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito do writ, necessitando de uma maior dilação probatória, o que não é possível em sede de liminar de habeas corpus.

Por isso, deve o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Julga-se prudente, nesta fase de cognição sumária, ouvir a Autoridade apontada como coatora para elucidação de todos os fatos narrados na inicial.

Com tais considerações, INDEFIRO a liminar pleiteada. [...]

A decisão que decretou a prisão preventiva assim dispôs (fls.38-39):

Analisando os autos, entendo que há a prova da materialidade do crime e os indícios de autoria, conforme os depoimentos acostados no APFD.

Outrossim, é preciso observar que a manutenção da prisão do agente flagrado é necessária para evitar a prática de novas infrações penais, uma vez que os

# Superior Tribunal de Justiça

miliares narraram a existência de denúncias do envolvimento do custodiado com a prática reiterada do tráfico de entorpecentes.

Embora o flagranteado tenha negado a traficância, destaco que a **Polícia Militar narrou à f.04 que "durante patrulhamento, depararam com o autor Pedro Augusto de Oliveira Araújo e uma outra pessoa não identificada descendo a rua Suzinha de Sá Martins, sentido contrário à guarnição, quando este avistou os militares, assustou-se e cruzou os braços levantando suspeição por parte da guarnição; que foi realizada a abordagem aos indivíduos pelo Cb Soares e pelo Sd Lopes, momento que o Sargento Ronaldo fazia varredura nas imediações do local da abordagem; que quando o Sargento Ronaldo localizou os entorpecentes no chão, o indivíduo não identificado empreendeu fuga; (...)** que existem duas denúncias recentes através do Disque Denúncia Unificado (DDU) em desfavor de Pedro Augusto Oliveira Araújo; DDU N. 28430819V - 'Pedro Augusto e Rhorona traficam entorpecentes, no endereço, todos os dias, após 18h. Usuários aguardam na entrada da casa e Pedro busca as drogas dentro de casa, ou usuários chegam e entram, escondem as drogas dentro das casas do lote. Sem mais dados'. DDU n. 23910819G - 'Pedro Augusto vende maconha e cocaína onde mora na parte dos fundos do porão. A movimentação ocorre todos os dias no período do dia e da noite. Pedro Augusto esconde a droga no terceiro pavimento ou no próprio porão. O usuário chega e grita pelo Pedro. Sem mais'. (...)''. - grifei.

Desta forma, entendo que a prisão do autuado se faz necessária para garantia da pública. Não obstante posições contrárias, a gravidade do delito pode sim justificar a prisão cautelar.

Destaco que eventuais circunstâncias abonadoras de natureza pessoal, mesmo que demonstradas nos autos, não são suficientes para justificar o deferimento da liberdade provisória com ou sem fiança.

Portanto, considerando que se torna necessária a manutenção da prisão do autuado Pedro Augusto de Oliveira, Araújo a fim de assegurar a garantia da ordem pública, estando presentes todos os requisitos ensejadores da prisão cautelar, converto a prisão em flagrante em PRISÃO PREVENTIVA.

Como se vê, fundamenta-se a decisão na gravidade dos fatos praticados, evidenciando que *quando o Sargento Ronaldo localizou os entorpecentes no chão, o indivíduo não identificado (o paciente) empreendeu fuga*. Contudo, a quantidade de droga apreendida não é expressiva, tratando-se de 3,80 gramas de cocaína (fl. 29).

Assim, para evitar o risco de reiteração delitiva, suficiente é a imposição das seguintes medidas cautelares penais diversas da prisão processual: (a) apresentação a cada 2 meses, para verificar a manutenção da inexistência de riscos ao processo e à sociedade; (b) proibição de mudança de domicílio sem prévia autorização judicial, vinculando o acusado ao processo; e (c) proibição de ter contato pessoal com pessoas envolvidas com o tráfico e com outras atividades criminosas, como garantia à instrução e à proteção

# *Superior Tribunal de Justiça*

contra à reiteração criminosa; tudo isso sem prejuízo de eventual fixação de medidas cautelares diversas pelo Juízo de origem, desde que devidamente fundamentadas, além da decretação da prisão, com fundamento exclusivo em fatos novos.

Ante o exposto, defiro a liminar para a soltura do paciente PEDRO AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO, a fim de determinar o cumprimento da medida cautelar de apresentação a cada 2 meses, proibição de mudança de domicílio sem prévia autorização judicial e de ter contato pessoal com pessoas envolvidas com o tráfico de drogas e com outras atividades criminosas; o que não impede a fixação de outras medidas cautelares diversas da prisão, por decisão fundamentada.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator